



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**FLÁVIO JOSÉ SOUZA SILVA**

**VALORES CULTURAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO  
SOCIAL**

**CAMPINA GRANDE-PB**

**2015**

**FLÁVIO JOSÉ SOUZA SILVA**

**VALORES CULTURAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO  
SOCIAL**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Cleomar Campos Fonseca.

Campina Grande-PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

S586v Silva, Flávio José Souza  
Valores culturais e formação profissional em Serviço Social  
[manuscrito] / Flávio José Souza Silva. - 2015.  
33 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.

"Orientação: Profa. Dra. Cleomar Campos Fonseca, Departamento de Serviço Social".

1. Serviço Social. 2. Formação profissional. 3. Valores culturais. 4. Crise capitalista. I. Título.

21. ed. CDD 361.3

**FLÁVIO JOSÉ SOUZA SILVA**

**VALORES CULTURAIS E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Cleomar Campos Fonseca.

Aprovado em: 26 / 05 / 2015

Nota: 10,0 (DEZ)

**BANCA EXAMINADORA:**



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cleomar Campos Fonseca(Orientadora)

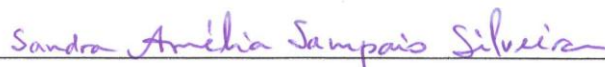
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Monica Barros da Nobrega(Banca Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



---

Prof.<sup>a</sup>Ma. Sandra Amélia Sampaio Silveira (Banca Examinadora)

Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família que, em vários momentos, me deu apoio (mesmo que singelo) para conclusão desta etapa de minha vida; especialmente à minha mãe, Vilma Souza, mestra do meu barco, mulher guerreira e que me ensinou/ensina tanto sobre a vida; ao caboclo que me deu a direção de como caminhar sobre os obstáculos, meu pai, Francisco Mendonça, o “coronel” da minha família; a Sunamita Paula, minha madrasta, pelo apoio e por todas as conversas carinhosas; a João Pedro, meu irmão “postiço”, pela intensa recordação de como ser criança que, nesta sociabilidade, nos é negado; ao meu avô (*in memoriam*) Severino, a quem eu sinto saudade do afeto; à minha avó, Francisca, (*in memoriam*), a quem eu sinto falta cotidianamente da doçura e do acalanto de avó.

Agradeço ao movimento estudantil de Serviço Social, pois, assim que cheguei ao curso de Serviço Social, depois do contato com a minha turma, foram essas primeiras pessoas que mantive uma relação de aprendizado e companheirismo: José Crispim, Jéssyca Ribeiro, Lidiane, Jéssica Juliana, Shellen Galdino, Gabriela Soares, Larissa Pinheiro, Inaê Soares, Raí Viera, Kell Barros, Vitória Araujo, Edna Dennis, Maressa Fauzia, Lucas (e tantos outros...), pessoas que me marcaram e que eu guardo fortes recordações.

Agradeço a turma 2011.1 de Serviço Social, da Universidade Estadual da Paraíba, por cada momento vívido e por terem contribuído de forma tão significativa para minha construção enquanto profissional; guardarei lembranças significativas – e torço pelo nosso reencontro rápido.

Quero agradecer, também, a duas pessoas em especial: a Jaqueline Avelino (minha querida Jaque), uma grande amiga, mãe e guerreira, uma das pessoas mais maravilhosas que eu já conheci e que me permitiu a amizade. Sou grato pela sua beleza interior, Jaque; a Paloma Rávylly, uma das primeiras pessoas que me aproximei no curso, companheira de movimento estudantil de Serviço Social, amiga de reflexões políticas, teóricas, poéticas, musicais e de farras e saídas divertidas: a vocês duas, minhas amigas, eu agradeço pela coragem de gostarem de mim, apesar de mim.

Agradeço de coração, as professoras do departamento de Serviço Social. Em especial a Patrícia Crispim pelos abraços cotidianos sempre quentes e cheios de emoção; a Sheyla Suely; a Monica Barros pela doçura que só uma verdadeira flor transmite; A Sandra Amélia pela simpatia e engajamento político; a Francinete; a Jordeana Davi pelo seu apoio e estímulo para seguir na labuta de pesquisar; a Moema; a Alessandra; a Thereza Karla; a Kathleen Vasconcelos pelas trocas culturais e musicais; a Socorro Pontes; e, por fim, mas não menos importante, quero agradecer a Maria de Lurdes (nossa querida “Lú”) ao “seu” Maurício por sempre estarem nos atendendo com respeito e carinho, apesar das correrias, na secretária do curso.

Agradeço a minha orientadora, Cleomar Fonseca, pelo carinho, dedicação e por compartilhar conhecimento, aguentar minhas falhas (muitas vezes misturada a ausência) e por ter contribuindo imensamente nesse processo de concatenação de conhecimento.

Ao professor Leonardo Mota, a quem eu tenho muito a agradecer pela minha entrada no programa de iniciação a pesquisa (PIBIC), foram dois anos de fortes, construtivos e enriquecedores debates.

Agradeço a todos e todas, amigos e amigas, pessoas que mantenho uma relação próxima e, por motivos de espaço, não caberiam em apenas duas páginas de agradecimentos.

E finalizo esses agradecimentos desejando:

Não quero ter calma  
Eu quero ser tempestade  
Eu quero ser ventania  
Eu quero andar pela cidade  
Me embriagando de poesia  
Bebendo a claridade  
Da luz do dia

**Obrigado,**

**Flávio José S. Silva**

## RESUMO

O presente trabalho tem por objeto de análise a relação entre valores culturais e formação em Serviço Social. Norteou-se pelos seguintes objetivos: analisar de que forma valores culturais, fomentados pelo atual contexto de crise da sociedade capitalista, inflexionam a formação em Serviço Social; refletir sobre as transformações societárias contemporâneas e os rebatimentos dos seus valores culturais sobre esta formação e identificar as tendências teórico-culturais que se expressam no Serviço Social na atualidade. A perspectiva histórico-crítica é aqui adotada na tentativa de alcançar os objetivos propostos. Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, cuja metodologia envolveu uma revisão bibliográfica em torno da produção teórico-crítica do Serviço Social, na busca de elementos próprios do desenvolvimento da profissão e de suas vinculações com a disseminação de valores culturais datados historicamente. Foi possível apreender a partir do estudo, que, embora o projeto profissional do Serviço Social aponte para uma formação orientada por valores progressistas e articulados aos interesses de classe dos trabalhadores, a crise estrutural do capital, em desenvolvimento desde os anos 1970, segue na contramão desta orientação valorativa e carrega consigo a reedição de valores próprios da ética liberal-burguesa, contrapostos aos que alimentam o projeto de ruptura do Serviço Social brasileiro com o tradicionalismo e o conservadorismo. A profissão se encontra, então, tensionada pela presença de tendências teórico-culturais divergentes: uma de raiz crítico-progressista e democrática e outra de origem conservadora, atrelada à ética liberal-burguesa. A tensão coloca a atualidade da intenção de ruptura, enquanto permanente processo a ser perseguido pelo segmento profissional comprometido com a luta contra a exploração do capital sobre o trabalho.

**Palavras Chave:** Serviço Social. Formação Profissional. Valores Culturais. Crise Capitalista.

## ABSTRACT

This research is analyzed in the relationship between cultural values and degree in Social Studies. This work was guided by the following objectives: to analyze how the cultural values were fostered by the current context of crisis of capitalist society, inflexion training in social work; bringing meditation on contemporary societal transformations and the repercussions of their cultural values on this training, and to identify the theoretical and cultural trends that are expressed in social work today. The historical-critical perspective is adopted here in trying to achieve the proposed objectives. It is a qualitative research, exploratory, whose methodology involved a literature review about the theoretical and critical production of social work in the search of factors particular the development of the profession and its links to the spread of cultural values historically dated. It was possible to learn from the study, that while the professional of social work point to a targeted training for progressive values and articulate workers' class interests, the structural crisis of capital, in development since the 1970s, follows against this evaluative guidance and carries the reissue of own values of liberal-bourgeois ethics, contrary to those who feed the breaking design of the Brazilian Social Service based in traditionalism and conservatism. The social profession is now tensioned by the presence of different theoretical and cultural trends: critical-progressive and democratic roots and other conservative origin, linked to the liberal-bourgeois ethics. The tension puts today's intent to break, while ongoing process to be pursued by the professional segment committed to the fight against the exploitation of capital over labor.

**Keywords:** Social Service. Vocational Training. Cultural Values. Capitalist Crisis.



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>08</b>
<b>2. VALORES CULTURAIS PRESENTES NA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO.....</b>	<b>10</b>
<b>3. AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS CONTEMPORÂNEAS E OS VALORES CULTURAIS CORRESPONDENTES.....</b>	<b>19</b>
<b>3.1. A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SEUS VALORES CULTURAIS.....</b>	<b>25</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>28</b>
<b>5. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>30</b>

Transgredir, porém, os meus próprios limites me fascinou de repente. E foi quando pensei em escrever sobre a realidade, já que essa me ultrapassa. [...] E pelo menos o que eu escrevo não pede favor a ninguém e não implora socorro: aguenta-se na sua chamada dor com dignidade de barão.

**Clarice Lispector**

## 1 INTRODUÇÃO

**E quando o navio larga do cais  
e se repara de repente que se abriu um espaço  
entre o cais e o navio,  
vem-me, não sei porquê, uma angustia recente.  
(Ode Marítima – Álvaro de Campos)**

O Serviço Social brasileiro, ao longo do seu desenvolvimento, vem perseguindo uma incessante busca pela renovação, no sentido de romper com projetos profissionais que relacionam a profissão com a extensão da vocação religiosa ou que a fazem refém de interesses mantenedores da ordem vigente marcadamente desigual, discriminatória e opressora. A permanente intenção de ruptura com o tradicionalismo e conservadorismo societal e profissional consegue chegar aos dias atuais conformando um projeto de profissão progressista, pautado em valores que expressam interesses de classe, mais especificamente, dos trabalhadores explorados. Igualdade social, política, econômica, de gênero, raça e etnia, liberdade e democracia são alguns destes valores.

Na contramão dos avanços profissionais, a sociedade contemporânea vivencia uma profunda regressão do seu padrão civilizatório, pautado numa perspectiva humanística. A crise estrutural do capital, em curso desde a década de 1970, vem provocando um significativo rebaixamento no padrão de vida da população pobre e trabalhadora, com vistas à retomada dos índices de lucratividade do capital. Ou seja, explorar e retirar mais do trabalho para repassar aos capitalistas.

A manutenção desta lógica necessita do consentimento (consciente ou não) da grande massa de trabalhadores. Para tanto, a introjeção de valores novos ou reatualizados é um caminho para se atingir o consenso das massas. Igualdade jurídica com respeito às diferenças de classe, gênero, raça e etnia, a liberdade alicerçada no individualismo e na competitividade, a democracia restrita às regras jurídicas e à ampla participação do mercado em todas as esferas da vida, passíveis de serem comercializado, o valor do tempo presente em detrimento da memória histórica de construção e reconstrução das relações sociais etc., são valores amplamente disseminados no contexto atual.

Estes suportes ideoculturais invadem a vida em sociedade e nesta, o âmbito da formação profissional em todas as áreas, incluindo o Serviço Social que vê sua direção

teórico-crítica tensionada pela reatualização de valores que marcaram a sua origem e parte do seu desenvolvimento profissional. Pensar no retorno do individualismo burguês, na defesa última da justiça social, na autodeterminação dos indivíduos, na centralidade da pessoa humana desfocada da sua condição de classe, corresponde a um retrocesso no processo de renovação da profissão. É esta reflexão que alimenta o interesse em discutir a relação entre valores e formação profissional, particularizando-a no contexto da crise capitalista contemporânea.

Para tanto, o presente trabalho de conclusão de curso (TCC) apresenta como objetivo geral, analisar de que forma valores culturais, fomentados pelo atual contexto de crise da sociedade capitalista, inflexionam a formação em Serviço Social e como objetivos específicos, refletir sobre as transformações societárias contemporâneas e os rebatimentos dos seus valores culturais sobre a formação profissional e identificar as tendências teórico-culturais que se expressam na profissão na atualidade.

Como ponto de partida, ressalta-se que o tratamento teórico dado à discussão dos valores culturais está ancorado em Gramsci (2002), para o qual cultura é política. Sendo assim, o autor em destaque, não analisa cultura e política, ou cultura e poder como se fossem fenômenos que existem em dimensões separadas, mas sim, através de uma perspectiva de totalidade e dialética, e não de forma tangencial como é usual pelas micronarrativas. É, pois, nesta perspectiva que a citada discussão é aqui apresentada, para posterior reflexão sobre suas inflexões na formação profissional em Serviço Social<sup>1</sup>.

O interesse em estudar o tema em questão surgiu de motivações pessoais, teóricas e também políticas. Dentre elas, destaque para a experiência com o Programa de Iniciação Científica da Universidade Estadual da Paraíba (PIBIC/UEPB), com o projeto de pesquisa intitulado de “Produção de Conhecimento e Serviço Social: a direção social em debate”, orientado pela prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mônica Barros. Os resultados alcançados pela pesquisa revelaram que a direção social do conhecimento produzido em Serviço Social vem fortalecendo o projeto profissional crítico, porém, identificou-se também, marcante presença de uma produção culturalista, desmerecendo a perspectiva

---

<sup>1</sup> Entende-se por formação profissional um processo contínuo que não se esgota e nem se limita aos níveis formais da política de educação, seja a formação técnica ou superior. No entanto, para a discussão aqui pretendida – formação em Serviço Social, ressalta-se que o destaque será para a formação em nível de graduação.

de totalidade na apropriação dos fenômenos sociais, o que indica uma possível articulação com o contexto das transformações societárias, sob a lógica burguesa.

Do ponto de vista teórico, o destaque refere-se à escassa produção bibliográfica na área. Apesar da existência de grandes teóricos que debatem a dimensão da cultura e suas possibilidades à emancipação humana, a relação entre cultura e Serviço Social vem sendo pouco explorada, justificando a necessidade de aprofundamento da temática.

Da vivência com o Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS), surgiu a constatação da falta de debate, até mesmo, por parte dos militantes do citado Movimento, acerca da apreensão da esfera da cultura e suas possibilidades de contribuição à uma formação crítica e sintonizada com o projeto profissional do Serviço Social.

Assim, o presente trabalho pretende contribuir com a ampliação/fortalecimento deste debate no âmbito da formação, na perspectiva de contextualizá-lo no processo de contrarreforma da educação superior no Brasil e nas possibilidades do seu enfrentamento.

Na perspectiva de alcançar os objetivos propostos, a discussão busca se ancorar na perspectiva histórico-crítica, posto que com ela haja possibilidades de apreender o fenômeno em sua totalidade, procurando romper com visões microlocalizadas.

Trata-se dos resultados de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, a qual proporciona maior familiaridade com o problema, tendo em vista torná-lo mais explícito e apreensível, com o objetivo de aprofundar o debate (GIL, 2009) acerca da realidade pesquisada em seus mais variados aspectos, sejam eles econômicos, sociais, políticos e/ou culturais.

Para tanto, recorreu-se à revisão bibliográfica em torno da produção teórico-crítica do Serviço Social (revisão que incluiu livros, capítulos de livros e artigos publicados em periódicos da área e de áreas afins), captando elementos desta profissão e suas vinculações com a disseminação de valores historicamente datados.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, trazemos um breve resgate da história do Serviço Social correlacionando-a à disseminação de valores culturais próprios de momentos conjunturais distintos; na sequência, recuperamos aspectos próprios do atual contexto de transformações societárias procurando pontuar a presença de valores culturais articulados a estas transformações e por fim, a discussão visa relacionar a realidade macroestrutural e suas expressões ideoculturais com a formação em Serviço Social.

## **2 VALORES CULTURAIS PRESENTES NA HISTÓRIA DO SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO**

**Fatalismo significa dormir entre salteadores.**

**(Sargaços – Wally Salomão)**

O Serviço Social é uma profissão que surge na fase do capitalismo monopolista em decorrência do aprofundamento das relações entre as classes sociais, que frente a um contexto de agravamento das desigualdades, se posicionam, criando mecanismos e estratégias de enfrentamento dos problemas provenientes deste agravamento. Do ponto de vista das classes dominantes, tal enfrentamento visa à manutenção da ordem burguesa mediante o exercício do controle social sobre a massa dos trabalhadores, que por sua vez, enfrentam a intensificação da exploração da sua força de trabalho através da luta pelo atendimento dos seus direitos (NETTO, 2011a).

É deste conflito de classe que frações da burguesia apoiadas pelo Estado e pela Igreja Católica, respondem às pressões populares e instituem medidas de controle e apaziguamento social, dentre elas um conjunto de profissões voltadas ao “tratamento” das demandas dos trabalhadores. Neste conjunto de respostas, se encontra o Serviço Social, que demandado pelo patronato para cumprir uma função social de cunho ideológico e perspectiva conservadora<sup>2</sup>, direciona sua intervenção à grande maioria da população pobre e trabalhadora, que distinta e antagonicamente, espera dos profissionais um posicionamento questionador da exploração e dominação às quais esta população é submetida.

Em meio a este conflito de interesses a profissão surge e se desenvolve determinada pelo movimento do real que em si, contempla contradições, antagonismos, relações de poder, diferentes visões de mundo e de valores, ou seja, contempla divergentes direções teóricas, políticas, sociais, econômicas e culturais. É no sentido de identificar, na relação entre a realidade e o Serviço Social, a presença dos valores

---

<sup>2</sup> De acordo com Barroco (2009, p. 172), o conservadorismo é um pensamento cuja função social é a de se colocar como o principal alicerce do capitalismo, “contrário às ideias do Iluminismo, do liberalismo e do utilitarismo, [...] fundamenta-se na valorização do passado, da tradição, da autoridade baseada na hierarquia e na ordem; nega a razão, a democracia, a liberdade, a igualdade, a indústria, a tecnologia (...), nega todas as conquistas modernas”.

orientadores desta profissão e predominantes ao longo da sua história, que segue a construção deste subitem.

De acordo com Cardoso (2013), a criação de valores atende ao padrão de relações sociais estabelecido pela sociedade, padrão este que se expressa objetiva e subjetivamente. Neste sentido, convém ressaltar que é através da ação humana que se dá a gênese, o desenvolvimento e a crítica desses valores. A referida autora enfatiza que estes devem ser percebidos como “princípios e conceitos, que partem da ação humana ao mesmo tempo em que a orientam pela análise subjetiva do homem” (CARDOSO, 2013, p. 32). Sendo assim,

[...] em outras palavras, os valores são uma criação coletiva que diz respeito às relações sociais e, portanto, ao modo de produção (objetividade) e que, dialeticamente, eles passam pela individualidade e subjetividade do ser social. São apreendidos, reconstruídos ou produzidos por cada indivíduo a partir de sua consciência, nos seus diferentes níveis, e estabelecidos a partir de sua relação com a sociedade e vivência destes valores (CARDOSO, 2013, p.34).

Valores são, pois, estabelecidos a partir das relações sociais e estarão vinculados à maneira como determinada sociedade estará organizada para produzir e reproduzir a riqueza social, no complexo de dimensões e elementos que a compõem. É importante sinalizar que, as condicionalidades criadas pela organização social, irão impor ao conjunto dos sujeitos<sup>3</sup> valores que serão (ou não) matéria de reflexão analítica. Esses valores perpassam e são evidenciados pelas profissões, até o momento do seu questionamento.

Na fase do capitalismo monopolista, na medida em que valores como o individualismo, o utilitarismo e a coisificação das relações humanas vão ganhando concretude no universo dos sujeitos e da sociedade como um todo, se aprofunda a perspectiva da psicologização dos problemas sociais, que visa redefinir características

---

<sup>3</sup> A língua portuguesa, como diria o poeta, é tratada como a última flor do Lácio. As flores, como são entendidas pela biologia, possuem dois sexos (masculino e feminino). No entanto, a divisão entre o masculino e o feminino, na nossa língua pátria, representa expressões de uma sociedade desigual, que toca todas as esferas da vida em sociedade, intensificando o processo, marcado por relações de dominação e de poder, que envolvem uma pseudo supremacia do masculino sobre o feminino. Sendo assim, em contraposição a qualquer tipo de dominação, optamos por utilizar no presente texto, o artigo no “masculino” não para designar sexo, mas para referenciar o gênero humano ou o humano genérico, representativo da humanidade enquanto tal.

peçoais, moldando os indivíduos ao contexto predominante da exploração e da dominação burguesas. Neste sentido, o Serviço Social enquanto profissão demandada pelos setores dominantes da sociedade surge orientado pelo objetivo de ajustar estes indivíduos ao contexto no qual estão inseridos, fundamentado nos valores da paz, da harmonia e justiça social e do bem comum. Para tanto, os assistentes sociais centravam sua atuação na sistematização da ajuda e da caridade, sob o fundamento tomista da Igreja Católica. Netto (2011b, p. 109) caracteriza esta fase do desenvolvimento profissional como Serviço Social Tradicional, demarcado por uma “prática empirista, reiterativa, paliativa e burocratizada, parametrada por uma ética liberal burguesa e cuja teleologia consiste na correção”.

Nutria-se, a partir deste padrão valorativo, uma articulação entre as frações da burguesia nacional (burguesia industrial e oligarquias cafeeiras) e as “instituições que mediatizam seus interesses” - Igreja Católica e Estado varguista, ou seja, uma articulação capitalista com o objetivo de controlar as insatisfações populares e travar qualquer possibilidade de avanço do ideário comunista no país (IMAMOTO; CARVALHO, 2011, p. 136).

O tradicionalismo e o conservadorismo societal mantém sua forte influência sobre o Serviço Social até o início dos anos 1960, período de marcante efervescência social e política no país, claramente demarcado pela polarização entre nacionalistas e liberais-conservadores, ou entre o combate ao imperialismo estadunidense e sua política intervencionista e o combate ao comunismo. O pré-1964 delineia uma luta à esquerda, pela democracia e uma luta à direita, contra a democracia. Em meio à disputa, o presidente João Goulart (1961-1964) é pressionado, seja para barrar as mudanças sinalizadas pelas reformas de base, seja para acelerá-las.

Do ponto de vista cultural, o pensamento dominante fomentava valores relacionados à integração e à harmonia social, pautados na defesa da família enquanto célula básica da sociedade articuladora do processo de coesão social, para o qual os indivíduos eram “preparados”, desde a infância, ao conformismo e ao esforço individual como “saídas” para o enfrentamento dos problemas sociais, ou seja, o valor predominante ali posto, era o da liberdade burguesa, individual e limitada à regulação jurídico-formal.



O Serviço Social não passa alheio a este processo e, se permanece um segmento profissional antenado aos princípios e valores da ética burguesa, este não será mais a única expressão ideopolítica da profissão. A intensa mobilização popular pelas reformas de base, rebate no seu interior configurando uma heterogeneidade profissional, expressa através do posicionamento de um pequeno segmento, que critica a estrutura da sociedade, defende a necessidade de mudanças estruturais e se coloca em defesa dos interesses dos trabalhadores.

Instaura-se a partir de então, um processo de desgaste do tradicionalismo profissional, denominado por Netto (2011b) de erosão do Serviço Social Tradicional, cujas expressões atingem também outros países da América Latina, ficando reconhecido como Movimento de Reconceituação (MR). Diferenciado internamente, o MR se expressou basicamente, através das concepções e posturas de dois grandes blocos: os modernizadores e os que apostavam na ruptura com o Serviço Social tradicional e com a ordem capitalista, ou seja, os reformistas-democratas e os radical-democratas (NETTO, 2005).

Quanto aos primeiros, estes se mantinham vinculados aos valores burgueses, defendendo mudanças no interior da sociedade capitalista e o refinamento técnico do Serviço Social como estratégia para a profissão se atualizar e manter-se legitimada frente à demanda patronal. Em relação ao segundo segmento, delineia-se um novo padrão valorativo e ético, articulado agora à defesa dos interesses das classes subalternas, portanto, a uma ética emancipatória, muito embora, deva-se ressaltar que tal postura ideopolítica se desenvolveu, inicialmente, permeada por equívocos teórico-metodológicos, mas que não desmerecem as contribuições do movimento para o processo de renovação teórico-crítico da profissão.

O contexto do pré-1964 inflexiona, pois, o Serviço Social contribuindo para o enfraquecimento da influência religiosa (que mais tarde, com o processo de renovação profissional, perderá espaço para a laicização da profissão). A homogeneidade profissional, marcante desde a origem da profissão, cede lugar a diferentes visões de mundo, diferentes matrizes teóricas e diferentes práticas, desgastando o monolitismo de valores e crenças fomentados pela doutrina católica. Este processo ganhará novos contornos a partir da instauração da ditadura militar no Brasil e nos demais países latino-americanos.

Netto (2009a, p. 652) ao tratar dos sucessivos golpes militares que assolaram a América Latina, destaca que se tratou de uma “*contrarrevolução preventiva implementada em escala mundial*”, orquestrada pelos Estados Unidos da América, na tentativa de barrar qualquer ideal de cunho progressista e democratizante, mais ou menos radical, cujo foco foram os países do chamado “Terceiro Mundo”: uma tendência marcadamente anticomunista.

No Brasil, o golpe de 1964 será, também, uma expressão desta tendência mundial, de combate a “ideologia vermelha”. De acordo com Netto (2009a, p. 655):

[...] criou-se, especialmente, em 1962, um clima de guerra ideológica aberta: os segmentos reacionários da burguesia e serviços das empresas imperialistas (nomeadamente as norte-americanas), associados a setores similares das Forças Armadas e da Igreja Católica, empenharam-se num ativismo destinado a divulgar que o ‘comunismo’ estava ‘subvertendo’ a família, os costumes etc. e ‘ameaçando’ a ‘propriedade’ e a soberania e a integridade nacionais.

O combate ao “inimigo vermelho” explicitava os valores conservadores veiculados pela autocracia burguesa: família, propriedade privada, ordem, progresso, integração nacional, eram alguns deles. A defesa destes valores necessitava de uma série de mecanismos que iam desde a repressão ideológica e a tortura física, até o uso de uma mão de obra especializada capaz de lidar com as políticas sociais e de repassá-las aos seus usuários, de forma a manter o consentimento popular ao regime de exceção.

Nesta perspectiva, o Serviço Social brasileiro encontra espaço fértil para se desenvolver: enquanto uma das profissões cuja intervenção se relaciona diretamente com o planejamento, a formulação e a execução de políticas sociais, os assistentes sociais se deparam com uma ampliação do seu mercado de trabalho, ampliação esta que rebaterá em todas as dimensões profissionais: formação, prática e organização política da categoria. A este processo que aprofunda a erosão do tradicionalismo profissional Netto (2011b, p. 137) denominará de renovação e fazendo-lhes referência, afirma: “nossa interpretação, portanto, atribui à autocracia burguesa a função precipitadora de um processo de erosão do Serviço Social ‘tradicional’ que lhe é anterior”.

Considerando as implicações éticas e ideoculturais próprias de um regime ditatorial, Netto (2011b), destaca que apesar do aprofundamento da erosão acima aludida, esta não teve condições, iniciais, de se desenvolver numa direção crítica, considerando que a repressão neutralizou os protagonistas sócio-políticos

comprometidos com a democratização do Estado e rompeu com os suportes que poderiam dar criticidade e radicalidade progressista à crise do Serviço Social Tradicional. Mas, o projeto de modernização conservadora da autocracia burguesa, conseguiu contraditoriamente, dar andamento a esta crise, mesmo numa perspectiva teórico-metodológica de base conservadora.

A renovação profissional neste contexto adverso correspondeu, portanto, a um processo lento e gradual, permeado por avanços e recuos, de ordem teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, mas cujo resultado sinalizava sempre para o predomínio do elemento novo, caracterizando assim, uma renovação. Netto (2011b) destaca como características centrais deste processo a laicização da profissão, a explicitação do seu caráter político e a instauração do pluralismo teórico, prático e ideocultural.

Enquanto processo, o desenvolvimento da renovação demarcou a presença de três direções teórico-político-culturais: 1) a perspectiva modernizadora; 2) a perspectiva da reatualização do conservadorismo e 3) a perspectiva da intenção de ruptura com o conservadorismo societal e profissional (NETTO, 2011b).

A primeira reflete o pensamento e as posturas do segmento profissional predominante naquele contexto, cuja preocupação central era a de adequar o Serviço Social às demandas do Estado burguês da ditadura militar. Para tanto, privilegia a busca pelo aperfeiçoamento do arsenal técnico-operativo enquanto estratégia para uma melhor e mais adequada implementação das políticas sociais vigentes. O tecnicismo mantém, portanto, a necessária vinculação teórica com o pensamento conservador, preservando valores como o da liberdade individual, da justiça, da paz e da harmonia social, consolidando um conteúdo reformista burguês.

A partir de meados dos anos de 1970, a perspectiva modernizadora terá sua hegemonia questionada. A crise da autocracia burguesa permitirá a expressão de questionamentos a esta perspectiva que estarão relacionados aos outros segmentos profissionais não sintonizados com o conteúdo modernizante da profissão. Ao fazer referência a um destes segmentos, Netto (2011b, p.156), assim se pronuncia:

Toda a dinâmica sociopolítica e cultural da autocracia burguesa, com seus rebatimentos no universo profissional, contribui então para reduzir a [...] expressão [da modernização conservadora] na (auto)representação dos

assistentes sociais. De uma parte, seu conteúdo (recorde-se que ela incorpora o vetor do reformismo próprio do conservadorismo burguês) não atende às expectativas do segmento profissional que, agarrado às mais vetustas tradições do Serviço Social, resiste ao movimento de laicização ocorrente e se recusa a romper com o estatuto e a funcionalidade subalternos historicamente assumidos pela profissão.

O citado autor faz referência ao segmento que se articula à segunda perspectiva da renovação, a reatualização do conservadorismo. De vinculação católica, este segmento privilegia os componentes mais conservadores da tradição profissional e se mostra contrário às inovações que a perspectiva modernizadora introduziu no Serviço Social, assumindo uma dupla crítica: à concepção teórica pautada no estrutural-funcionalismo de base positivista e às incidências da tradição marxista (NETTO, 2011b).

Com a pretensão de preencher as lacunas teóricas e metodológicas deixadas pela modernização conservadora, bem como tentar barrar os avanços já alcançados com a retomada do pensamento crítico, os reatualizadores buscam recuperar os componentes mais estratificados e conservadores da história da profissão, mas sob o invólucro de um novo referencial teórico baseado na fenomenologia. Este recurso recuperou o eticismo abstrato, expresso “na humanização (cristã tradicional ou de fundo existencialista), (...) [na] valorização ‘profunda’ da personalidade, das ‘realidades psíquicas’, das ‘situações existenciais’ etc.” (NETTO, 2011b, p.158). Nesta perspectiva, o segmento católico reatualizado reabsorveu valores como a centralidade da pessoa humana nas relações sociais, a autodeterminação do homem, a ajuda psicossocial que, por sua vez, de acordo com Netto (2011b), não deixam de estar associados a outros, presentes desde a origem da profissão, tais como: dignidade humana, perfectibilidade humana, sociabilidade humana. Ou seja, por esta via o Serviço Social reafirmou o nível da microatuação, o subjetivismo e a aparência na abordagem dos fenômenos sociais, referendando, portanto, a ordem burguesa.

Como referenciado anteriormente, da crise da modernização conservadora se expressarão questionamentos de direções antagônicas. Neste sentido, além da reatualização do conservadorismo – de pouca expressão no interior da categoria, reassume o seu papel no debate profissional, o pensamento crítico de base marxiana e marxista, manifesto inicialmente, no processo de erosão.

A partir dos anos 1970, com a intenção de ruptura (terceira direção da renovação) a profissão terá condições de questionar os suportes teórico-político-ético e ideoculturais da sociedade burguesa e do próprio Serviço Social, enquanto produto desta mesma sociedade, permitindo desta forma, o enfretamento e a denúncia do conservadorismo societal e profissional.

Neste sentido, o segmento progressista e crítico põe em questão a ordem burguesa e a funcionalidade do Serviço Social a esta ordem, rompendo com a pseudo neutralidade política até então assumida pelos setores mais conservadores. Ao assumir claramente o caráter político da profissão, o segmento em questão se coloca em defesa de um projeto de classe em disputa na sociedade – o projeto da classe trabalhadora, rompendo com os valores profissionais até então, predominantes e assumindo outros que se relacionam com o projeto profissional e de classe que defende, a saber: a democracia, a igualdade social, a não exploração e discriminação de classe, raça, etnia e gênero, a emancipação humana como fim último.

A aproximação à teoria social crítica de raiz marxiana permitiu a apreensão do Serviço Social enquanto profissão inserida na esfera da produção e reprodução da vida social, mais especificamente, na divisão sociotécnica do trabalho, enquanto uma especialização do trabalho coletivo (IAMAMOTO, 2012). Neste sentido, esta profissão é apreendida não mais como uma “vocação”, ou uma extensão da militância católica, direcionada à prática “caritativa”, mas como uma intervenção profissional que atua no âmbito de processos e relações de trabalho.

O Serviço Social adentra os anos 1990, como uma profissão relativamente consolidada. O Código de Ética dos Assistentes Sociais (1993), a Lei que Regulamenta a Profissão, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (ambas de 1996), o protagonismo das entidades representativas da categoria, como o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), os Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESSs), a Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e a ABEPSS<sup>4</sup>, bem como as demais expressões de resistência do pensamento crítico, a exemplo da produção do conhecimento na área, a

---

<sup>4</sup> Anterior aos anos 1990, as entidades representativas dos profissionais e estudantes de Serviço Social eram assim designadas: Conselho Federal de Assistentes Sociais (CFAS); Conselho Regional de Assistentes Sociais (CRAS); Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social (ABESS); e Subsecretaria de Serviço Social da União Nacional dos Estudantes (SESSUNE).

realização dos eventos nacionais, regionais e locais como espaços para o permanente debate em torno dos desafios e possibilidades profissionais, são todas manifestações da atualidade do movimento de intenção de ruptura e do compromisso firmado pelos Assistentes Sociais na defesa dos interesses das classes trabalhadoras, e por assim o expressarem, representam, portanto, uma cultura profissional crítica reafirmada no projeto ético-político da profissão prevalente na atualidade.

Os projetos profissionais dão visibilidade à autoimagem da profissão, elegendo valores que a legitimam socialmente, delimitando e priorizando os seus objetivos e funções e ainda reformulando os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício. Esta autoimagem está sempre relacionada ao predomínio do pensamento conservador ou crítico na explicação e na direção social da profissão. Netto (2006, p.5), ressalta:

[...] é importante ressaltar que os projetos profissionais também têm inelimináveis dimensões políticas, seja no sentido amplo (referindo às suas relações com os projetos societários), seja em sentido estrito (referindo às perspectivas particulares da profissão). Porém, nem sempre tais dimensões são explicitadas, especialmente quando apontam para dimensões conservadoras ou reacionárias. Um dos traços mais característicos do conservadorismo consiste na negação das dimensões políticas e ideológicas.

Assim, a consolidação do Serviço Social na contemporaneidade corresponde à necessária consolidação e atualidade da intenção de ruptura e todo o seu suporte teórico-metodológico, ético-político, ideológico e cultural e técnico-operativo, demarcados pelo atual projeto profissional. Tal consolidação, por sua vez, só pode ser aprofundada em uma ambiência democrática, que reflita o avanço das conquistas dos trabalhadores, na medida em que esta ambiência é ameaçada por padrões antidemocráticos e representativos do projeto da classe dominante, se coloca uma série de dificuldades e adversidades ao aprofundamento dos valores e da direção política que reflita a incessante busca de ruptura com o padrão societário conservador e todas as suas expressões. Neste sentido, se faz necessário refletir acerca das transformações societárias em curso na sociedade e os valores por elas veiculados. É o que nos propomos a fazer no próximo item.

### 3 AS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS CONTEMPORÂNEAS E OS VALORES CULTURAIS CORRESPONDENTES

**Mundo e ego: palcos geminados**

**(Barroco – Wally Salomão)**

O padrão de desenvolvimento da sociedade capitalista contemporânea vem passando por transformações que expressam uma queda no consumo e, conseqüentemente, nos índices de lucratividade do capital, o que tem provocado uma crise capitalista, em curso desde a década de 1970.

Em resposta a sua própria crise, o capital e os capitalistas iniciam a partir de então, um processo de reestruturação econômica, política, social e cultural da sociedade, objetivando a retomada do crescimento da taxa de lucro, o que tem demarcado uma longa onda recessiva (MANDEL, 1990). Behring (1998, p.159), afirma que esta crise foi motivada,

[...] pelo encontro de: crises clássicas de superprodução, cujos esforços de limitação por meio do crédito perderam eficácia, em cada pequeno ciclo; contenção brusca dos rendimentos tecnológicos (poucas ou marginais invenções novas); crise do sistema imperialista (mesmo da dominação indireta dos países coloniais e semi-industrializados); crise social e política dos países imperialistas, com ascensão das lutas (a exemplo da greve dos mineiros na Inglaterra no início dos anos 1980), em função do início das políticas de austeridade; crise de credibilidade do capitalismo, enquanto sistema capaz de garantir pleno emprego, o nível de vida e as liberdades democráticas.

O recurso à revisão do processo histórico de pouco mais de um século, revela que a lógica capitalista se mostrou completamente instável, com fartos períodos de expansão, crescimento e consolidação do seu ideário, acompanhados constantemente por depressões, caracterizadas por falências, quebraadeiras e, para aqueles que produzem a riqueza (os trabalhadores), desemprego e miséria. Sendo assim, não existirá (e nem existiu) capitalismo sem crise (BRAZ; NETTO, 2011).

A relação entre transformações societárias contemporâneas e a crise do padrão fordista-keynesiano não é meramente uma casualidade. Trata-se de como a segunda incide sobre as primeiras, de como o Estado irá organizar-se para responder aos ditames da economia e de como este processo de reconfiguração atual do capitalismo repercutirá na vida e na organização da classe trabalhadora.

A crise do padrão fordista-keynesiano, ou melhor, a crise do pacto entre as classes, objetivado no *Welfare State*<sup>5</sup>, terá repercussões para a organização do Estado e das políticas públicas. No transcurso dos anos 1970, esta crise provoca uma reconfiguração do Estado, na perspectiva de socorrer o capital de sua própria crise. Demarca-se, neste período, a desvinculação entre a retomada das taxas de lucros do crescimento capitalista e o pleno emprego que eram sustentáculos do pacto de anos anteriores. Inaugura-se, então, um período regressivo para o trabalho, que terá suas expressões políticas e teóricas.

Dentre estas expressões, no que toca à reestruturação do papel do Estado, o capital reatualiza o ideário liberal, a partir das críticas ao Estado de Bem Estar, por ele apoiado quando lhe era conveniente. O chamado “neoliberalismo” como afirma Anderson (1995), pode ser apreendido como fenômeno distinto do simples liberalismo clássico do século passado. O seu “nascimento”, datado logo após a II Guerra Mundial, nas regiões do globo onde imperavam o capitalismo (com destaque à Europa e à América do Norte), expressava a resistência teórica e política contra o Estado intervencionista e à lógica do bem-estar social. A grande crítica ao modelo de Estado provedor, por parte do ideário neoliberal, se volta contra o “solidarismo” entre as classes sociais (burguesia e proletariado), às políticas públicas de caráter universal e à organização da classe trabalhadora. Neste sentido, Dumenil e Lévy (2004), ao analisarem o imperialismo estadunidense, no auge da implementação do ideário neoliberal, afirmam que “por trás desses mecanismos [há] uma gigantesca luta de classes e de poder” (DUMENIL; LÉVY, 2004, p.34).

O arcabouço repaginado da ética liberal, proposto por Friedrich Hayek (1944), em seu texto de “estreia” “O Caminho da Servidão”, não foi posto em prática do dia para noite, mas sim em um processo que demorou mais ou menos dez anos, período necessário para a construção da hegemonia neoliberal nos países da Europa (ANDERSON, 1995). O processo de espraiamento deste ideário, por países da Organização Europeia para o Comércio e Desenvolvimento (OCDE), atendeu às particularidades de cada país, não seguindo uma tendência homogênea, a exemplo do

---

<sup>5</sup> Período marcado pela perspectiva de regulação das relações econômicas, políticas e sociais e do compromisso firmado entre os grupos sociais para gerar crescimento econômico, com impacto na estrutura das desigualdades sociais, o que só foi possível pelo estabelecimento de políticas sociais amplas e universais, próprias da realidade de países centrais do mundo capitalista, precisamente países da Europa Ocidental (BERHING; BOSCHETTI, 2011).



que aconteceu nos países do norte da Europa, como Alemanha e Dinamarca, que aplicaram políticas de cunho neoliberal, tendo como foco principal a disciplina orçamentária e as reformas fiscais. Na versão americana, tal experiência foi classificada como “keynesianismo militar disfarçado”, tendo em vista a disputa ideológica, política e hegemônica travada entre os Estados Unidos da América (capitalismo) e a União Soviética (comunismo), conhecida na história como Guerra Fria.

Guardadas as diferenças interpaíses, o fato é que com a vitória de Margaret Thatcher, na Inglaterra, no final da década de 1970; com Reagan assumindo a presidência dos Estados Unidos da América, em 1980 e Kohl, na Alemanha, em 1982, “os anos 80 viram o triunfo mais ou menos próximo da ideologia neoliberal nesta região do capitalismo avançado” (ANDERSON, 1995, p.12).

Na década de noventa e início do século XXI, as tendências postas pelo ideário neoliberal, a nível mundial, não se alteram, como afirmam Behring e Boschetti (2011) e isto associado ao processo de reestruturação produtiva e às mudanças na organização do trabalho, têm propiciado a reconfiguração das políticas sociais e a alteração das diversas dimensões da vida em sociedade. O desmantelamento escancarado das conquistas do trabalho, no século XXI, encontra respaldo na formulação e implementação de políticas focalizadas, restritivas e seletivas, rompendo sumariamente com a experiência do *Welfare State*. A este respeito Berhing e Boschetti (2011, p.134), afirmam:

[O] século XXI se inicia com transformações profundas nas políticas sociais nos países capitalistas centrais. Se não se pode falar em desmantelamento, é inegável que as reestruturações em curso seguem na direção de sua restrição, seletividade e focalização; em outras palavras rompem com os compromissos e consensos do pós-guerra, que permitiram a expansão do *Welfare State*. Seu ‘futuro’ é uma questão polêmica e as análises variam conforme a matriz teórico-política.

Como já sinalizado, as transformações societárias contemporâneas não se reduzem apenas ao plano da economia ou da estrutura das classes sociais, elas também se desenrolam no plano cultural e todas estas dimensões se articulam no interior de uma mesma lógica: a lógica burguesa. Há que se ressaltar que as relações culturais são responsáveis por novas formas de sociabilidade, que tanto podem referendar o *status quo* quanto podem questioná-lo. No contexto atual, é marcante a prevalência de valores que justificam a estrutura capitalista, na perspectiva de referendar as transformações

societárias e o processo de desconstrução dos ganhos da classe trabalhadora. Netto (1996, p.97), ao tratar da cultura neste contexto, assevera que:

[Há uma] translação da lógica do capital para todos os processos do espaço cultural (produção, divulgação, consumo) e o desenvolvimento de formas culturais socializáveis pelos meios eletrônicos (a televisão, o vídeo, a chamada multimídia). O traço mais notável dessa cultura é que ela incorpora as características típicas da mercadoria – sua obsolescência programada, sua fungibilidade, sua imediaticidade reificante. Mesmo que a sociedade tardo-burguesa esteja longe de ser uma ‘sociedade de consumo’, a cultura que nela hoje se afirma é uma cultura de consumo.

A cultura globalizada e de consumo, para concordar com Netto (1996), dissemina a ideia de que “não há sociedade, só indivíduos”, ou seja, a expressão máxima do que politicamente e teoricamente defende o neoliberalismo: a desconstrução de qualquer sentido coletivo que possa apontar para a possibilidade da organização de classe com vistas à construção de outro modelo de sociedade, antagônica à burguesa. Ao contrário, a cultura do consumo impõe e homogeniza determinado tipo de pensamento funcional à lógica vigente.

O modo capitalista de responder à crise e a forma que ela incide no Estado, nas políticas sociais e na cultura são expressões de um determinado projeto societário que a burguesia possui para o conjunto da sociedade. Na perspectiva histórico-crítica a sociedade não se configura como uma entidade intencional ou teleológica, ou seja, por si só ela não tem objetivos e nem finalidades, apenas existe em si, de forma real e concreta. Os sujeitos que a compõem – homens e mulheres, são movidos por interesses, sejam eles coletivos ou individuais, que implicam em um determinado projeto - uma antecipação ideal da finalidade que se pretende alcançar, sendo assim, a construção de valores irá atender à perspectiva da efetivação de escolhas que possam efetivar meios de se chegar até a sua finalidade, ou seja, à materialização de um determinado projeto societário. Segundo Netto (2006, p. 2-3):

[...] em sociedades como a nossa, os projetos societários são, necessária e simultaneamente, projetos de classe, ainda que refratem mais ou menos fortemente determinações de outra natureza (culturais, de gênero, étnicas e etc.). Efetivamente, as transformações em curso na ordem capitalista não reduzem a ponderação das classes sociais e do seu antagonismo na dinâmica da sociedade.

Os projetos societários possuem, assim, uma dimensão política, como qualquer outro projeto que seja coletivo, e estão envolvidos por relações de poder e de disputa.

A criação de valores se dará na perspectiva de referendar e, principalmente, de legitimar os projetos societários hegemônicos<sup>6</sup>. O modo de ser capitalista é alicerçado numa sociabilidade determinada pela mercadoria, assumindo uma lógica mercantilizada que é produtora de comportamentos coisificados, expressando-se na hipervalorização da posse material e, também, espiritual, na competitividade e no individualismo. Ou seja, uma forma de ser que não atende as necessidades humanas (BARROCO, 2009).

É por essa razão que afirmamos que a sociedade burguesa evidencia a pobreza e a riqueza do gênero humano, criando um modo de ser em oposição, que coexistem pela afirmação e negação de si mesmos, o que não elimina a presença de um *ethos* dominante, que expressa as necessidades objetivas de (re)produção da vida social: o modo de ser capitalista ou *ethos* burguês (BARROCO, 2009, p.157).

A coisificação das relações humanas transforma escolhas, capacidades, sentimentos, afetos e valores em objetos a serem adquiridos. O valor da existência humana é invertido e se torna um fetiche, uma necessidade a ser comprada, onde as virtudes não pertencem ao ser social, mas sim aos compradores, quem tem o poder e o dinheiro para adquirir “seus produtos”, mesmo que estes sejam sentimentos e/ou afetos.

O utilitarismo moral é uma das faces do modo capitalista de se comportar, pois, segundo Barroco (2009, p.158) “obscurecidas pelo poder das coisas, as relações humanas são valorizadas segundo sua utilidade”, sendo assim, o que é determinado “bom” é o que trará determinada utilidade e se ela propiciar lucro, esta será muito bem referendada. Sendo assim, através dessa (ir)racionalidade acontece um processo de recriação de necessidades que não se voltam à ampliação das qualidades das relações humanas, mas sim às suas quantificações, na sua forma material, ou seja, o que se pode ter posse. O constante empobrecimento das necessidades que ampliam as forças essenciais do ser social<sup>7</sup> não são efetivadas, não somente pela quantificação das necessidades, mas por outro processo chamado de homogeneização, que, em outras palavras, reduz as necessidades à necessidade de ter, no sentido de possuir

---

<sup>6</sup> Gramsci (2002) assevera que hegemonia se dará pelo domínio de uma determinada classe sobre outra, não apenas no sentido efetivo (pelo uso da força policial, por exemplo), mas também pelo abstrato, dimensão articulada ao que o autor chama de superestrutura e que envolve a produção de uma determinada cultura e valores que irão referendar a relação de poder e de dominação da classe que estiver no controle.

<sup>7</sup> “A partir do trabalho, o ser humano se faz diferente da natureza, se faz um autêntico ser social, com leis de desenvolvimento histórico e completamente distintas das leis que regem os processos naturais” (LESSA; TONET, 2011, p.17-18).

determinado produto, já este processo é responsável pela homogeneização de todas as outras necessidades, formando um sujeito,

[...] egocêntrico, proprietário de si mesmo, voltado ao seu *eu*, eis o indivíduo burguês cujos desejos são ilimitados e para os quais a produção não cessa de criar novos desejos. Sua autonomia é sinônimo de satisfação de necessidades inesgotáveis e fugazes, o que supõe ter garantias de que o seu espaço não será invadido por outro indivíduo, entendendo-se por espaço a sua propriedade em todas as dimensões materiais (sua casa, seu corpo, seus objetos, seu carro, seu trabalho etc., uma vez que o mundo gira em torno do *eu*). (...) Daí a normatização de um acordo ético entre os indivíduos: *a liberdade de um acaba onde começa a do outro* (BARROCO, 2009, p.159, grifos do original).

Este modo de ser capitalista se reproduz e se legitima eticamente através do sistema de normas, deveres e de representações desta sociabilidade mercantilizada. Forma-se uma ideologia dominante, “enquanto conjunto de ideais e de valores que buscam a coesão social favorecedora da legitimação da ordem social burguesa” (BARROCO, 2009, 161).

Sendo assim, as expressões deste modo de ser serão expressões largamente produzidas e reproduzidas pela sociedade na atualidade, invadindo inclusive o campo da formação profissional nas diversas áreas. Neste sentido, a formação em Serviço Social é atingida, apesar do seu projeto hegemônico vincular-se ao projeto societário das classes trabalhadoras. Deste modo, no atual contexto de transformações societárias, quais são os valores que estão orientando esta formação? Tentaremos refletir sobre a questão no próximo item.

### **3.1 A FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL NO CONTEXTO DAS ATUAIS TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SEUS VALORES CULTURAIS**

**“Se eu fosse eu” parece representar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada no desconhecido.**

**(Se eu fosse eu – Clarice Lispector)**

O contexto atual marcado pelas transformações no mundo do capital e do trabalho traz consigo uma “nova” cultura a qual implica em um determinado perfil de

trabalhador, flexível e adaptável, aos requisitos do capital e ao seu consequente aprofundamento da exploração da força de trabalho.

Para respaldar essa “nova necessidade profissional” as políticas públicas voltadas à formação profissional atenderão padrões impostos, principalmente pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), em decorrência do processo de reestruturação que o capitalismo passa. No Brasil, de acordo com Castro (2010, p.198),

[...] as estratégias gerencialistas dos organismos multilaterais passam, então, a ser analisadas, no contexto do sistema educacional brasileiro, tendo-se como referência índices atualizados de expansão das Instituições de Ensino Superior, matrícula, repetência e evasão escolar, entre outros, do INEP, IPEA e PNAD, a fim de ilustrar os resultados práticos dessas resoluções internacionais.

É através das resoluções internacionais que a política de educação irá assumir, nesta fase do capitalismo, inúmeros programas na perspectiva de permitir o acesso, através de processos seletivos e focalizados, como: o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Programa Universidade para Todos (PROUNI). Outros programas medem a “qualidade” dos estudantes (ou cursos) como: o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE); e ainda um programa que favorece o processo de reestruturação e expansão do ensino superior, porém, sem qualidade, como é o caso do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNE). Apesar deste conjunto de formulações elaboradas pelo Estado brasileiro<sup>8</sup>,

[...] o Sistema de Ensino Público Superior é um dos mais elitistas e um dos mais privatizados da América Latina, apresentado cerca de 90% de instituições privadas e apenas 10% públicas, com 73% das matrículas no setor privado e apenas 27% no setor público. (...) Tais características expressam as bases determinantes desse sistema educacional, que tem ampliado as vagas e os cursos oferecidos nas graduações e pós-graduações, ao mesmo tempo em que tem reduzido os repasses de recursos públicos (CASTRO, 2010, p.203).

A universidade brasileira, campo reconhecido como produtor de conhecimento, passa a ser orientada pela lógica da privatização<sup>9</sup>, que segundo Chauí (1999) a conduzirá ao pragmatismo do conhecimento, ou a “universidade operacional” ou de “resultados e serviços”. Trata-se de uma orientação funcional à formulação e

<sup>8</sup> “As bases ideológicas para implementação de tal política consiste em dizer que a educação é um bem público e não mais um direito social” (PINTO, 2007, p.7).

<sup>9</sup> “O propósito foi o de compatibilizar o ensino superior com os ditames da financeirização da economia, fazendo com que as descobertas científicas e o seu emprego na produção se tornem meios de obtenção de lucros excedentes, o que justifica a orientação de submeter a universidade aos interesses empresariais (IAMAMOTO, 2012, p. 453).

implementação de políticas focalizadas, descentralizadas no que tange à responsabilidade do poder público para com a oferta e manutenção dos direitos sociais, o que acarreta outro problema, o do desfinanciamento das políticas sociais, dentre elas a de educação. Portanto, a “universidade de resultados e serviços” associada às demais políticas sociais compensatórias confluirá para um afronta ao “legado dos direitos do trabalhador assalariado” (IAMAMOTO, 2012, p. 453).

Sendo assim, o que se projeta para o ensino superior é que este nível atenda às exigências da lógica do capital, na perspectiva da flexibilização dos direitos e das formas de desqualificação da formação profissional, criando uma dissidência entre aqueles indivíduos “aptos” a irem para a academia, produzir conhecimento, e aqueles “vocacionados” ao exercício prático da dimensão profissional. Uma cisão entre teoria e prática, pensamento e ação, sujeito e objeto, que do ponto de vista do Serviço Social, tenderá a reforçar o velho pragmatismo, praticismo e empirismo marcantes na origem da profissão. Tenderá, conseqüentemente, à supervalorização da prática em detrimento da produção de conhecimento.

Os valores expressos e mais utilizados por este momento histórico, serão o da disputa, da competitividade, do individualismo exacerbado e da negação de qualquer princípio que possa pensar em questões coletivas e da construção de outra sociabilidade.

Sendo assim, como esses valores e princípios norteadores das transformações societárias em curso, associados às repercussões na política nacional de Ensino Superior, cujas marcas são localizadas na focalização e na precarização, atingem a formação profissional dos assistentes sociais, levando-se em consideração o legado da intenção de ruptura?

O mercado de trabalho em razão dos processos desencadeados pela reestruturação produtiva vem impondo a estes profissionais ações e papeis cada vez mais multifacetados voltados para dar resposta ao imediatismo do cotidiano ou aos “novos problemas sociais” De acordo com Simionatto, (2009, p. 18), esta realidade conduz a um empobrecimento da intervenção e da formação em Serviço Social, na medida em que:

[A] prática profissional, se reduzida [...] à mera identificação das demandas e a seu atendimento focalizado, mobiliza suporte teórico bastante elementar, cuja análise não ultrapassa o nível da aparência e escamoteia o real significado das mesmas no contexto antagônico das relações capitalistas.

O campo da imediatividade cotidiana, reflexo do momento social que o capitalismo encontra-se, acaba por reduzir as ações profissionais à mera aparência dos fatos. Constitui-se, assim, um palco aberto para o fortalecimento de valores fincados no empirismo, no pragmatismo, no voluntarismo e no conservadorismo, na fragmentação entre a teoria e a prática, na busca por “novas” teorias (principalmente àquelas que se intitulam pós-modernas) e no distanciamento crescente dos paradigmas totalizantes. O discurso que “na prática a teoria é outra” ganha tom, alinhando-se à “razão instrumental”, expressão do superdimensionamento do “saber fazer” e da crescente burocratização da vida social, presentes no projeto capitalista, para o qual a produção de conhecimento ganha suportes teóricos da pós-modernidade. Netto (1996, p.118) assevera que “investir na pós-modernidade é também levar água ao moinho do conservadorismo”.

O Serviço Social encontra-se, pois, travejado por duas tendências teórico-metodológicas: uma tendência funcional ao momento histórico do capital, para a qual o Ministério da Educação e Cultura elabora uma determinada diretriz curricular pautada na focalização, na individualização e na negação de uma formação teórico-metodológica rigorosa, com base nas influências pós-modernas e nos valores conservadores; a outra tendência, alimentada pelo legado da intenção de ruptura com o conservadorismo societal e profissional, se expressa nas diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, cuja orientação teórico-filosófica vincula-se à tradição marxiana/marxista que apreende “o exercício profissional a partir de uma perspectiva de totalidade, de caráter histórico-ontológico, remetendo o particular ao universal e incluindo as determinações objetivas e subjetivas dos processos sociais” (SIMIONATTO, 2009, p.19). Os valores orientadores desta perspectiva são progressistas e expressamente democráticos e se relacionam com o arcabouço crítico à sociabilidade burguesa.

Apesar do cenário adverso às construções coletivas dos assistentes sociais brasileiros, o legado da intenção de ruptura resiste, apesar dos grandes entraves postos por uma política nacional de educação que desprivilegia a história e se curva às exigências da pós-modernidade e das generalizações do fetichismo do capitalismo financeiro.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

**Renda-se, como eu me rendi.**

**Mergulhe no que você não conhece como eu mergulhei.**

**(Clarice Lispector – Perto do Coração Selvagem)**

No presente artigo procuramos analisar a relação entre valores culturais, fomentados pelo atual contexto de crise da sociedade capitalista e a formação em Serviço Social.

Embora o projeto profissional aponte para uma formação orientada por valores progressistas e articulados aos interesses de classe dos trabalhadores, fica claro que a crise estrutural do capital em desenvolvimento desde os anos 1970, carrega consigo a reedição de valores próprios da ética liberal-burguesa, contrapostos aos que alimentam o projeto de ruptura do Serviço Social brasileiro com o tradicionalismo e o conservadorismo.

Tal contraposição vem requisitando dos assistentes sociais a formação de um perfil atento aos “novos” problemas sociais, com base na individualização e na aparência dos fatos, reatualizando o conservadorismo que marcou a origem e considerável parte do desenvolvimento do Serviço Social brasileiro.

Neste sentido, é possível pontuar que a profissão se encontra tensionada pela presença de tendências teórico-culturais divergentes: uma de raiz crítico-progressista e democrática e outra de origem conservadora, atrelada à ética liberal-burguesa. A tensão coloca a atualidade da intenção de ruptura, enquanto permanente processo a ser perseguido pelo segmento profissional comprometido com a luta contra a exploração do capital sobre o trabalho.

O estudo em questão permitiu um conhecimento mais aproximado em torno da relação entre formação profissional e valores culturais e indica a necessidade de permanente aprofundamento da temática, na direção de uma formação continuada em nível de mestrado e doutorado.

Esperamos que, para este momento, tenhamos contribuído com o debate da discussão em pauta.



Para nós, com intuito de “finalizar”, as palavras ficam com o poeta Ferreira Gullar, na resistência de um *Verão*:

(...)

E essa esperança doida  
que é o próprio nome da vida.

Vai morrer, não quer morrer.

Se apega a tudo que existe:

na areia, no mar, na relva,

no meu coração – resisti.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. in: SADER, Emir. **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o Estado democrático. (org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BARROCO, Maria Lúcia. **Ética**: fundamentos sócio-históricos. 2ºed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica de Serviço Social).

BEHRING, Elaine Rossetti. Ética, Política e Emancipação: a atualidade das nossas escolhas (prefácio). in: **Projeto Ético-Político e Exercício Profissional em Serviço Social**: os princípios do Código de Ética articulados à atuação crítica de assistentes sociais. Conselho Regional de Serviço Social (org.) – Rio de Janeiro: CRESS, 2013.

\_\_\_\_\_. **Política Social no Capitalismo Tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

\_\_\_\_\_; BOSCHETT, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. 9º ed. São Paulo: Cortez, 2011. (biblioteca básica de Serviço Social).

BRAZ, Marcelo; NETTO, José Paulo. **Economia Política**: uma introdução crítica. 7ºed. São Paulo: Cortez, 2011. (biblioteca básica de Serviço Social).

CARDOSO, Priscila Fernanda Golçaves. **Ética e Projetos Profissionais**: os diferentes caminhos do Serviço Social no Brasil. 1ºed. Campinas, SP: Papel Social, 2013.

CARVALHO, Raul; IAMAMOTO, Marilda. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 35ªed. São Paulo: Cortez, 2011.

CASTRO, Alba Tereza B. Política Educacional e Direitos Sociais: reconfiguração do ensino superior no Brasil. in: BOSCHETTI, Ivanete. et al.. (org). **Capitalismo em Crise, Política Social e Direitos**. 1ªed. São Paulo: Cortez, 2010.

CHAUI, Marilena. Reforma do Ensino Superior e Autonomia Universitária. In: **Serviço Social & Sociedade**. 20 anos. São Paulo, n. 61, p. 118-126, nov. 1999.

DUMENIL, Gerald; LÉVY, Dominique. O Imperialismo na era neoliberal. in: BOSCHETTI, I. et al. (org). **Política Social**: alternativas ao neoliberalismo. Brasília: SER/UNB, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa Científica**. Fortaleza: UEC, 2009.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 7ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2ªed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MANDEL, Ernest. **A crise do Capital**. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1990.

NETTO, José Paulo. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. in: Mota, Ana Elizabete et al. **Serviço Social e Saúde**: formação profissional e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ªed. São Paulo: Cortez, 2011a.

\_\_\_\_\_. III CBAS: algumas referências para a sua contextualização. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, nº100, p. 650-678, out/dez., 2009a.

\_\_\_\_\_. O movimento de reconceituação: 40 anos depois. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**, n.84. São Paulo: Cortez, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2011b.

\_\_\_\_\_. Introdução ao método na teoria social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.

\_\_\_\_\_. Transformações Societárias e Serviço Social no Brasil; notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, Nº 50, 1996.

PINTO, Marina Barbosa. A Contrarreforma do ensino superior no Brasil e a desprofissionalização da graduação em Serviço Social. In: **Revista Ágora: Políticas Públicas e Serviço Social**, Nº6, abril, 2007.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.